



POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Câmara Municipal de Presidente Tancredo Neves

Olá, bem-vindo a Política de Privacidade da **Câmara Municipal de Presidente Tancredo Neves**. Neste documento explicaremos como ocorre o tratamento dos dados pessoais realizados pela Câmara Municipal, demonstrando o nosso cuidado e cumprimento com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei nº 13.709/2019).

ÍNDICE

| | |
|----|---|
| 01 | INTRODUÇÃO |
| 02 | COLETA E USO DOS DADOS PESSOAIS |
| 03 | COMPARTILHAMENTO DOS DADOS |
| 04 | CONFORMIDADE COM A LGPD |
| 05 | SEGURANÇA E PRIVACIDADE DE DADOS |
| 06 | ARMAZENAMENTO E RETENÇÃO DOS DADOS PESSOAIS |
| 07 | SEGURANÇA E PRIVACIDADE DE DADOS DURANTE O USO DO <i>SITE</i> |
| 08 | DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS |
| 09 | DISPOSIÇÕES FINAIS |



1. INTRODUÇÃO

A presente Política tem por finalidade demonstrar o compromisso da **Câmara Municipal de Presidente Tancredo Neves** com a privacidade e proteção dos seus dados pessoais dentro do escopo dos serviços e funcionalidades do sítio www.cmpresidentetancredoneves.ba.gov.br e nossos ambientes físicos.

Desta forma, esta Política de Privacidade busca esclarecer de forma clara e objetiva como coletamos e tratamos os dados pessoais (Dados pessoais e Dados sensíveis), nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018).

2. COLETA E USO DOS DADOS PESSOAIS

A **Câmara Municipal de Presidente Tancredo Neves** ao promover o tratamento dos dados pessoais, apenas coleta e utiliza as informações necessárias para o desenvolvimento das suas atividades.

Conforme abaixo especificado, os dados pessoais coletados são utilizados de acordo com as finalidades e fundamentações legais, as quais autorizam o seu tratamento.

A. ATENDIMENTO AO PÚBLICO E TELEFONE:

Dados de identificação pessoal: nome completo, e-mail e telefone.

Finalidade: Facilitar a comunicação e atendimento ao público.

Fundamentação Legal: Legítimo interesse (art. 7º, inciso IX da LGPD), com a finalidade de identificação para atendimento pela recepcionista. O atendimento telefônico é realizado em um contexto institucional público, onde os dados são fornecidos voluntariamente pelos cidadãos que entram em contato com a Câmara Municipal.



B. SESSÕES LEGISLATIVAS :

Dados de identificação pessoal: nome dos vereadores, informação sobre voto nos projetos de lei e presença na sessão.

Dados de imagem/voz: Fotos dos vereadores.

Finalidade: Promover transparência, registro e consulta pública das atividades legislativas.

Fundamentação Legal: Cumprimento de obrigação legal (art. 7º, II da LGPD) - Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

C. TRANSMISSÃO DA SESSÕES LEGISLATIVAS :

Dados de identificação pessoal: Nome dos vereadores, informação sobre voto nos projetos de lei e presença na sessão.

Dados de imagem/voz: Imagem e voz de vereadores, servidores e munícipes participantes.

Finalidade: Garantir a transparência das atividades legislativas, permitir o acesso público às sessões, fomentar a participação cidadã, e registrar atividades para consulta futura, Transmitindo as sessões ao vivo e armazenando as gravações das sessões legislativas da Câmara Municipal no YouTube.

Fundamentação Legal: Legítimo interesse (art. 7º, inciso IX da LGPD) em promover a transparência e a participação cidadã. O tratamento de dados é realizado para a persecução do interesse público de garantir a transparência das atividades legislativas.

D. MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE SEGURANÇA

Dados de imagem/voz: Imagens e vídeos de visitantes, servidores e vereadores.

Finalidade: Garantir a integridade física e patrimonial.

Fundamentação Legal: Proteção da vida e incolumidade física (art. 7º, VII da LGPD).



E. PRODUÇÃO DE CONTEÚDO

Dados de identificação pessoal: Nome, cargo/função.

Dados de imagem/voz: Fotos, vídeos e voz.

Finalidade: Promoção e divulgação das atividades da Câmara Municipal.

Fundamentação Legal: Legítimo interesse (art. 7º, inciso IX da LGPD) em promover a transparência e a participação cidadã. O tratamento de dados é realizado para a persecução do interesse público de garantir a transparência das atividades legislativas.

F. LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS

Dados de identificação: Representantes legais das empresas participantes: (i) aqueles inerentes a documentos de identificação; (ii) referentes a participações societárias; (iii) informações inseridas em contratos sociais; (iv) endereços físicos e eletrônicos; (v) estado civil; (vi) eventuais informações sobre cônjuges; (vii) relações de parentesco; (viii) número de telefone; (ix) sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública; (x) informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; (xi) dados profissionais (Dados relacionados à experiência profissional, currículo, formação acadêmica e referências profissionais dos representantes legais e/ou funcionários das empresas participante. Servidores: nome completo e cargo/função.

Finalidade: Assegurar a conformidade com as leis que regulamentam as licitações e contratos públicos, garantindo transparência e legalidade nos processos de contratação.

Fundamentação Legal: Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (Art. 7º, inciso II da LGPD) - Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente artigo 28 a 31. Execução de contratos (Art. 7º, inciso V da LGPD).



G. PARECERES JURÍDICOS E EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS/JUDICIAIS:

Dados de identificação pessoal: Representantes legais das empresas: (i) aqueles inerentes a documentos de identificação; (ii) referentes a participações societárias; (iii) informações inseridas em contratos sociais; (iv) endereços físicos e eletrônicos; (v) estado civil; (vi) eventuais informações sobre cônjuges; (vii) relações de parentesco; (viii) número de telefone; (ix) sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública; (x) informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; (xi) dados profissionais (Dados relacionados à experiência profissional, currículo, formação acadêmica e referências profissionais dos representantes legais e/ou funcionários das empresas participante.

Servidores ou Vereadores: Nome completo, cargo/função, estado civil, filiação, RG, CPF, PIS/PASEP, título de eleitor, sexo, data de nascimento, grau de escolaridade, endereço, dados bancários e informações de contato (telefone, e-mail).

Finalidade: O tratamento de dados pessoais nos pareceres jurídicos é necessário para o cumprimento de deveres legais e normativos, considerando que a atividade visa orientar juridicamente a Câmara em suas funções públicas. Já o tratamento de dados pessoais nos processos judiciais e administrativos visa garantir a defesa dos interesses jurídicos da Câmara em processos.

Fundamentação Legal: Cumprimento de obrigação legal ou regulatória (Art. 7º, inciso II da LGPD) - Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) e Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), especialmente artigo 28 a 31. Execução de contratos (Art. 7º, inciso V da LGPD). Exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral (Art. 7º, inciso VI da LGPD)

3. COMPARTILHAMENTO DOS DADOS

Os dados pessoais podem ser compartilhados internamente entre setores como o Administrativo e a Procuradoria, além de serem enviados a entidades externas, incluindo:

- **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM-BA)**
- **Portal da Transparência**



4. CONFORMIDADE COM A LGPD

A **Câmara Municipal de Presidente Tancredo Neves** implementou um programa de governança em privacidade que atende às diretrizes impostas pela LGPD, conforme dispõe a Resolução nº 002/2024, que regulamenta a aplicação da LGPD na Câmara Municipal.

O Programa de Governança em Privacidade que inclui processos, medidas técnicas e políticas internas para assegurar o cumprimento abrangente de normas e boas práticas relacionadas à proteção de dados pessoais.

A Câmara Municipal mantém registros das atividades de tratamento de dados pessoais e define as hipóteses legais que autorizam o tratamento. Os dados são conservados pelo tempo necessário para cumprir as finalidades específicas.

5. SEGURANÇA E PRIVACIDADE DE DADOS

A fim de garantir a segurança dos dados pessoais coletados, eles serão armazenados em um local seguro, com acesso restrito apenas a pessoas autorizadas.

Destacamos, ainda, que os dados pessoais coletados são utilizados exclusivamente para os fins e fundamentos legais que justificam o seu tratamento.

Comprometemo-nos a assegurar aos titulares que seus dados nunca serão utilizados de forma discriminatória, ilegal ou abusiva, nem para finalidades diferentes daquelas para as quais foram coletados inicialmente.



6. ARMAZENAMENTO E RETENÇÃO DOS DADOS

Os Dados relacionados a atendimentos telefônicos são retidos apenas durante a realização da atividade e descartados após a finalização. Dados legislativos, como gravações de sessões, têm retenção permanente.

Os locais de armazenamento de todos os dados se situam em ambiente seguro e controlado e contam com medidas preventivas para evitar o acesso indevido por terceiros não autorizados. Somente pessoas previamente autorizadas e treinadas atuam no tratamento de dados pessoais.

O Descarte de Dados é realizado conforme necessidade, respeitando as políticas internas, com descarte seguro em lixo comum para documentos físicos ou exclusão em sistemas eletrônicos.

7. SEGURANÇA E PRIVACIDADE DE DADOS DURANTE O USO DO SITE

Ao acessar ou utilizar o conteúdo e funcionalidades do nosso site <http://www.cmpresidentetancredoneves.ba.gov.br/> são coletadas automaticamente, através de “cookies”, informações sobre as atividades do navegador, estes registros de atividades são utilizados apenas para fins estatísticos e de métricas dos serviços disponibilizados.

A critério do usuário, este poderá desativar os cookies, ajustando as configurações do gerenciador de cookies, leia a nossa **Política de Cookies** para mais detalhes.

Através do nosso site, também recebemos e armazenamos dados pessoais fornecidos diretamente pelos usuários quando realizam contato através do Fale Conosco. Os Dados tratados são: Nome, e-mail, número de telefone e outras informações compartilhadas por meio de formulários de contato.

Todas as informações fornecidas pelos usuários serão protegidas com padrões rígidos de segurança e confidencialidade, garantimos, portanto, que serão utilizadas apenas para a finalidade que foi coletada.



Ainda, Através do nosso site compartilhamos os seguintes dados pessoais com a finalidade de possibilitar a transparência de informações de interesse coletivo e a promoção das atividades da Câmara Municipal.

- **Dados divulgados no Portal da Transparência:** Nomes, cargos, remunerações e outras informações administrativas de servidores públicos ou contratos, em atendimento à legislação de transparência pública.
- **Dados presentes em publicações oficiais:** Atas de reuniões, decretos e outros documentos legislativos que podem conter informações pessoais relacionadas às atividades da Câmara Municipal.

Ademais, informamos que o nosso site pode conter links para outros sites (externos) que não são operados pela Câmara Municipal, cujos conteúdos e políticas de privacidade não são de nossa responsabilidade e não se submetem à presente Política de Privacidade. Recomenda-se que, ao serem redirecionados para sites externos, os usuários consultem sempre as respectivas Políticas de Privacidade.

8. DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS

A **Câmara Municipal de Presidente Tancredo Neves** respeita os direitos dos titulares estabelecidos pela LGPD, os quais podem ser exercidos gratuitamente e a qualquer tempo, mediante requisição.

São direitos dos titulares de dados previstos no art. 18 da LGPD:

- Confirmação sobre a existência de tratamento de seus dados pessoais;
- Acesso aos seus dados;
- Correção de dados pessoais que se mostrarem incompletos, inexatos ou desatualizados;
- Anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD;
- Portabilidade de seus dados a outro fornecedor de serviço ou produto, observados os segredos comercial e industrial e a regulamentação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre a matéria;



- Eliminação de dados pessoais que estejam sendo tratados com base no seu consentimento;
- Revogação de seu consentimento;
- Informações sobre entidades públicas ou privadas com as quais compartilhamos seus dados;
- Informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências dessa negativa, quando o consentimento for necessário.

O titular dos dados pode exercer os direitos acima elencados por meio do e-mail: camaraptn@yahoo.com.br.

Como medida de segurança, a fim de garantir que seus dados pessoais não sejam divulgados a terceiros não autorizados, podemos solicitar informações adicionais para confirmar a identidade do solicitante.

As solicitações serão atendidas em prazos compatíveis às providências necessárias e/ou requisitadas.

9. DISPOSIÇÕES FINAIS

Em caso de dúvida com relação às disposições constantes nesta Política ou solicitações, o titular dos dados poderá entrar em contato por intermédio do e-mail: [**camaraptn@yahoo.com.br**](mailto:camaraptn@yahoo.com.br).

A **Câmara Municipal de Presidente Tancredo Neves** reserva-se o direito de modificar esta Política a qualquer tempo, em razão de eventuais adequações à futuras alterações legislativas ou de implementação de melhorias na proteção à privacidade.

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 03 DE OUTUBRO DE 2024